
ICANN83 | Fórum de políticas – Reuniões conjuntas do GAC com a GNSO e o ALAC
Terça-feira, 10 de junho de 2025 – 10h45 às 12h15 CEST

DANIEL GLUCK

Oi, é Daniel Gluck da equipe de apoio. Bem-vindos à ICANN83, reunião do GAC GNSO com ALAC desde junho de 8:45 UTC. A sessão é gravada, regida pelos padrões esperados de comportamento e antiassédio. Perguntas e comentários só serão lidos em voz alta se forem bem redigidos no Zoom. Temos os seis idiomas da ONU, interpretação simultânea e português.

Para levantar a mão, façam através do Zoom e antes de falar, quando o facilitador indicar seu nome, ativem o microfone e digam seu nome se forem falar em outro idioma que não inglês.

NICO CABALLERO

Obrigado, espero que tenham desfrutado do fantástico café local. Bem-vindos a todos, é um prazer ter essa reunião aqui um pouco mais breve, 45 minutos, e vamos falar sobre a exatidão dos dados e Registro, abuso do DNS, e vamos dar um tempo para perguntas e respostas.

Então, abuso do DNS, dados e registro, RDRS, Serviço de Solicitação de Dados e Registro, Solicitações Urgentes e Autenticação pelos Órgãos de Segurança, e depois uma sessão de perguntas e respostas. Vamos ter tempo, então, para comentar

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

profundamente alguns desses assuntos. Então, sem mais, vamos aqui para a introdução. Greg.

GREG DIBIASE

Obrigado, Nico. Greg Dibiase. Então, quero lembrar aqui, como membro do Conselho da GNSO, nós somos representantes de algumas das comunidades da ICANN, observando os problemas potenciais sob a incumbência da ICANN e o processo PDP, uma política que podemos elaborar para resolver problemas relativos ao sistema multissetorial da ICANN.

Então, levando em conta essas políticas, iniciamos um processo de elaboração do início até o fim, e com isso surgem recomendações aprovadas para a GNSO, depois vão para a diretoria da ICANN e, se forem aprovadas, se transformam numa política da ICANN. Temos algumas atualizações importantes.

Ano passado, concluímos recomendações sobre dois assuntos importantes, a próxima rodada de gTLDs, houve uma recomendação sobre isso, e também sobre a política de transferências entre domínios, entre registradores. Também nos focamos em outros assuntos, por exemplo, o abuso do DNS, a exatidão dos dados, também considerando como determinar o escopo do nosso trabalho e avançando nesses assuntos. Temos um slide aqui. Estamos formados por representantes de diferentes grupos constitutivos. O Paul vai fazer uma atualização aqui.

PAUL MCGRADY

Sim. Tenho alguns slides aqui. É uma maneira muito boa de ajudar aqui a ter uma imagem. Temos um pequeno grupo sobre a exatidão que foi formado depois da ICANN82 para revisar todos os comentários recebidos sobre a exatidão e fizemos um resumo detalhado também dos resultados.

E também temos outras fontes para discussão, por exemplo, o estudo INFERMAL e também ver como podemos avançar no registro e quanto à exatidão dos dados de registro. E vamos avançando rapidamente com recomendações preliminares desse pequeno grupo. Não estamos ainda inteiramente alinhados com eles. Ainda devemos tentar alcançar consenso internamente e apreciamos a resposta do GAC.

Essas respostas são incluídas no nosso estudo e no nosso processo. E apreciamos muito o interesse contínuo do GAC no assunto de precisão ou exatidão dos dados de registro. Estamos melhorando, avançando quanto à precisão. Esse é um assunto muito importante. Estamos agora observando áreas potenciais de melhoria que podem ser a base de trabalho futuro.

Também temos uma equipe de definição do escopo. E o pequeno conselho, o pequeno grupo está trabalhando nesse sentido. E vamos fazer recomendações depois disso. Serão os próximos passos. Vamos ver alguns slides, falar sobre algumas áreas em que pode haver algum alinhamento inicial para começar.

Esse aqui é quase um diagrama de Venn. Temos aqui esses dois círculos. À esquerda, no anel azul, temos o que alguns acreditam

que pode ser um problema como a falta de exatidão. Os requisitos atuais enquanto os RAs, que são suficientes, que são esses requerimentos que tem a ver com a responsabilidade e não vou ler o slide.

E há outras coisas que o pessoal acha que são dados não precisos, que continuam a ser um problema importante, ou são insuficientes, a verificação é insuficiente. Então, o que está no círculo esquerdo e direito são coisas que não estão alinhadas e vamos um pouco afastar-nos dela. Mas o que está no centro, a interseção entre os dois círculos, é importante.

Aqui os dados e registros exatos, essa é uma questão importante para o DNS, também os requisitos de políticas e RAs atuais, sobre que também precisamos de mais dados, e também considerar melhorias incrementais, voluntárias, pensando na exatidão e levando em conta todas as partes interessadas.

Basicamente, são pequenos progressos, pedacinhos de progressos, levando em conta todos os setores interessados. Então, achamos, basicamente, o que nós chamamos de uma descoberta prévia, importante. Vamos ver se alcançamos o (inint) [00:09:53] disso, desse tesouro.

Três coisas importantes aqui, ou descobertas importantes. Primeiro, a primeira é o estudo INFERMAL, que foi algo muito interessante que observamos no estudo, e à medida que vamos subindo, quantas verificações e precisão, no início do processo, achamos 70% de redução de registros maliciosos. Essa redução,

então, foi algo que pensamos que definitivamente poderíamos fazer rapidamente.

E outra coisa importante que achamos, e que talvez seja um benefício para o registro RDRS, é a suspensão do nome de domínio por falta de dados exatos, ou inexatidão de dados dos registrantes. É quando os pesquisadores e também os registrantes observam algum motivo para o qual o nome de domínio deve ser suspenso.

Também precisamos educar mais os registrantes sobre a importância da exatidão dos dados, como os dados são protegidos e como podemos proteger a informação. Devemos educar nesse sentido. São as três coisas. Pensei que era bom que vocês tivessem uma visualização ao invés de ler isso, e temos algumas determinações, o conselho ainda precisa ver algumas recomendações preliminares, acho que isso vai ser nas próximas semanas, e o GAC também está incluído nisso. Muito obrigado.

GREG DIBIASE

Só um esclarecimento, nas áreas em que não houve consenso, isso não significa que a política talvez não sirva ou não seja tratada mais na frente, mas para termos um PDP mais eficiente e mais estreito e que avance mais rapidamente, devemos iniciar ou alcançar aquelas coisas que têm consenso, e depois teremos uma tarefa mais difícil que é encontrar consenso entre o que temos na esquerda e na direita desse gráfico.

PAUL MCGRADY

Sim, o que fizemos é que essa pequena equipe se concentrasse naqueles aspectos que já alcançaram consenso para encontrar soluções que pudéssemos recomendar ao conselho.

NICO CABALLERO

Quando vocês estão falando que isso vai ser feito mais rapidamente, qual é o prazo? Algum prazo estimativo? São meses? São anos? Qual é o prazo quando você fala em mais rapidamente? Qual seria o prazo?

GREG DIBIASE

Não, eu não tenho um prazo exato, mas nós devemos ver como podemos fazer com que os PDPs sejam mais eficientes. Um ano, dois anos, ao invés de cinco? Isso em geral. Mas quando nós estreitamos o assunto, o reduzimos e alcançamos consenso, então talvez possamos ser mais eficientes. E esse é o nosso objetivo. E é isso que nós estamos pensando no pequeno grupo e também no conselho. Temos um prazo específico? Não. Mas temos um desejo ou uma expectativa.

NICO CABALLERO

Obrigada. E aqui para os registros, eu não pedi um prazo específico. E antes de passarmos aos abusos do DNS, alguém tem algum comentário ou pergunta? Não, ninguém pediu a palavra. Portanto, vou pedir ao Greg, ao Paul, a alguém da GNSO que mencione alguma coisa sobre a reativação da equipe encarregada de definir

o escopo da exatidão dos dados. Antes da Comissão Europeia, vocês podem dar alguma atualização disso?

GREG DIBIASE

A equipe está fazendo um exercício de delimitação e não consideramos que seja necessária outra equipe que se encarregue do escopo da exatidão dos dados. Caso, por enquanto, essa segunda equipe não é necessária, não é necessário reativá-lo.

GEMMA CAROLILLO

Obrigado, Nico. Obrigado aos representantes da GNSO. Essa sessão é muito informativa e esse é um tema muito importante para o GAC. Também é positivo saber que esse pequeno grupo, grupo reduzido sobre a exatidão dos dados, está pensando em apresentar recomendações de forma rápida, porque, como disse o Nico, o prazo é muito importante.

Nesse momento, aparentemente, não tem intenção de reativar a tarefa do grupo encarregado de delimitar o alcance da exatidão dos dados. Um dos elementos que foi problemático para o avanço daquela equipe da definição do alcance da exatidão, foi exatamente a definição da exatidão dos dados, e vimos uma divergência quanto aos requisitos para a exatidão dos dados.

Vimos que havia um conjunto completo de requisitos em matéria de exatidão, tanto no RAA quanto na especificação do WHOIS. Nós queremos perguntar ao Board se existiria a possibilidade de que se cumprisse com todos os requisitos de exatidão no RAA. Temos que

ver a especificação de WHOIS, requisitos de dados de contato, mas não temos informação sobre outras práticas que tenham a ver com todo esse conjunto de requisitos de exatidão.

PAUL MCGRADY

Muito obrigado. Isso é algo que você vai perguntar ao Board, e acho que será muito válido que a diretoria tenha essa informação. Em última análise, esse grupo reduzido, em particular, tem a recomendação de avançar rapidamente. Isso não significa que não vamos seguir o processo que sempre segue o Conselho. Então, muito obrigado pela sua contribuição. Vamos considerar isso na medida em que for avançando.

NICO CABALLERO

Muito obrigado à Comissão Europeia pela pergunta. Obrigado, Paul, pela resposta. Vou pedir, em benefício dos nossos distintos intérpretes, que, por favor, falem mais lentamente. Muito obrigado. Vamos passar para o próximo tema. Ninguém está pedindo a palavra o que significa que estamos de acordo. Agora passamos para o uso indevido do DNS. Tem a palavra a distinta colega do Canadá.

RIDA TAHIR

Obrigada, Nico. Vou passar para o uso indevido do DNS e vou ler algumas das perguntas formuladas pelo GAC junto com os líderes de cada tema. Queremos que a diretoria dê um prazo ou uma

estimativa do trabalho e o prazo desse grupo que se encarrega desse grupo reduzido.

JEN CHUNG

Lidero o grupo reduzido do Board sobre o uso indevido do DNS. Obrigado por nos convidarem a apresentar sobre esse assunto. Nós tivemos um seminárioweb, no qual explicamos tudo isso. Mas como nem todo o GAC esteve presente, vamos passar essa informação em breve.

Durante a reunião de Seattle, o uso indevido do DNS foi identificado como um assunto para um futuro desenvolvimento de políticas. Em 2022, o grupo dedicado ao uso indevido do DNS identificou esse assunto e apresentou quatro recomendações. Também identificou uma brecha nos mecanismos de cumprimento efetivo nos contratos.

As emendas que negociaram as partes contratadas da ICANN exatamente assinalaram o fato de definir o uso indevido do DNS e estabelecer obrigações de mitigação perante instâncias evidentes e acionáveis de uso indevido. Já passou mais de um ano a partir dessas emendas e recebemos relatórios da equipe de cumprimento contratual da ICANN. A diretoria decidiu revisar esse tema e assim vai ser feito.

Faz um ano se reativou o grupo reduzido para ver a efetividade dessas emendas contratuais e considerar futuros desenvolvimentos de políticas caso seja necessário. Temos quatro

tarefas, então. Primeiro, avaliar os esforços de mitigação de uso indevido do DNS na ICANN, por exemplo, entre as partes contratadas, em outros grupos da comunidade e também na indústria e em companhias que se encarregam do uso indevido do DNS.

Segundo, vamos revisar as recomendações propostas sobre o uso indevido do DNS de 2022. Terceiro, vamos avaliar o impacto das emendas contratuais nas iniciativas de mitigação de uso indevido de DNS. E quarto, vamos analisar os resultados do estudo INFERMAL e de outros relatórios para obter informação que nos ajude nos nossos próximos passos.

Esse grupo reduzido começou a trabalhar no mês passado. Tivemos três reuniões até o momento. As reuniões são abertas a quem quiser participar. Podemos ter observadores e alguns colegas do GAC que participaram nesse caráter. Nós estamos vendo o que aconteceu depois de um ano das emendas contratuais. Estamos vendo o documento-quadro de NetBeacon, também análise de INFERMAL, e o relatório final emitido em 2022 desse estudo.

Além desses documentos, temos artigos, temos matérias sobre a efetividade das contratações. Temos algumas questões a solucionar. A equipe reduzida preparou uma categorização preliminar das brechas a superar. E fizemos uma matriz, acho que enviamos para os líderes desse assunto no GAC. O objetivo desse

exercício foi ajudar a identificar quais brechas devem ser investigadas em maior medida através de um relatório da ICANN.

É importante dizer que esse é um relatório preliminar geral e mostra a interpretação inicial de toda essa informação, não é algo final e definitivo. Queremos conhecer seus pontos de vista sobre essa matriz de categorização que acabo de mencionar e com muito prazer receberemos as suas contribuições através do coordenador de ligação.

Nosso plano é entregar o resultado do nosso trabalho daqui a seis meses. Devido a importância do tema e tendo escutado a comunidade até o momento nessa reunião em Praga, a equipe reduzida vai entregar esses resultados um pouco antes dos seis meses. Vemos que o grupo está em concordância com relação às brechas na mitigação do uso indevido. A questão é ver quais as brechas que podem ser abordadas primeiro e em maior profundidade.

NICO CABALLERO

Acho que não tenhamos mais tempo, então vamos passar para a segunda pergunta, e depois, se tivermos tempo, continuaremos com a conversa.

RIDA TAHIR

O segundo ponto tem a ver com o seguinte, hoje de manhã falamos muito sobre o uso indevido do DNS, tivemos a participação por parte da comunidade, dos líderes do tema do GAC, mas convidaria

os membros do Conselho a compartilhar quais os seus pontos de vista sobre outras políticas adicionais sobre as quais estejam trabalhando para poder abordar o uso indevido do DNS.

JEN CHUNG

A resposta vai ser breve. O Conselho esteve atento a todos os debates levados a cabo, e vamos continuar fazendo. O Conselho reconhece que um alcance mais focado dos PDPs nos ajudaria a alcançar o objetivo, tendo debates mais precoces, mas não podemos prometer nada. Toda a comunidade está trabalhando em prol desse objetivo. Não sei se Greg quer adicionar alguma coisa.

GREG DIBIASE

Não, acho que existe esse alinhamento de todos em ter um PDP que tenha um alcance ou escopo mais limitado. Tudo isso vai nos ajudar a nos movimentar e andar para a mesma direção, e acho que essa será a prioridade desse grupo daqui para a frente.

NICO CABALLERO

Muito obrigado, Jennifer, obrigado, Greg. Mais alguma pergunta antes de passar para o próximo ponto, que é RDRS? Alguém tem comentário, pergunta para fazer sobre isto? Não há ninguém com a mão levantada.

MANAL ISMAIL

Obrigado, Nico. O RDRS continua sendo um tema de importância para o GAC. O GAC gostaria de ter uma atualização do estado do RDRS e quais os pontos de vista da GNSO com respeito aos próximos passos, depois de que o Comitê Permanente finalize e dê o seu relatório. Também queremos ter uma resenha dos elementos-chave que são necessários abordar e a decisão do SSAD.

SEBASTIEN DUCOS

Eu sou coordenador de ligação diante do GAC, mas sou também presidente do Comitê Permanente do RDRS. Basicamente, estamos trabalhando na finalização do nosso relatório. Estamos trabalhando no capítulo 4, e quero lembrar que não sou o Sebastien Bachelet, mas o Sebastien Ducos. Estamos trabalhando no capítulo 4 do relatório.

O primeiro é focado nas tendências que pudemos identificar. O piloto que pudemos implementar aproximadamente faz um ano e meio. Era um piloto de dois anos, mas depois de decorrer um ano e meio, decidimos que tínhamos informação suficiente para coletar e fazer o relatório.

O segundo capítulo trata as melhorias técnicas, e o terceiro antecipa a última pergunta que temos aqui. Acho que em Seattle se esperava ter um relatório pronto, mas estávamos ou estivemos trabalhando nas recomendações do SSA. Foram tratadas, abordadas com muito cuidado, porque não somos o organismo que redige a política, mas somos uma equipe reduzida que

trabalha nesse tema, um comitê permanente, cujo objetivo é dar uma opinião de especialistas, expressar o que pensamos sobre as recomendações, que recomendações deveriam ser modificadas e quais não.

Mas o nosso objetivo não é a redação da política. Isso corresponde a mais alguém. Quanto aos prazos, e com a orientação do Conselho, recebemos a incumbência de estabelecer um período de comentários, e então vamos completar o relatório em julho, e o período de comentários deve ir desde meados de agosto até meados de setembro. É aberto, inclui o GAC também.

Bom, já acordamos que o RDRS, da maneira que está feito hoje, deve continuar, e pensamos que poderemos trabalhar em questões de políticas para poder gerir recomendações sobre o RDRS, ou talvez criar alguma coisa híbrida quanto às recomendações e ao trabalho de elaboração de políticas.

Por enquanto, o RDRS vai continuar a funcionar, talvez com algumas atualizações técnicas que poderíamos considerar além da elaboração de políticas, e é uma questão que o Conselho deve discutir com a diretoria e com a organização, porque, por enquanto, só foi a ICANN Org quem administrou a questão financeira, o que significou mais de 2 milhões, ou aproximadamente 2 milhões de dólares, ou talvez mais, o que não é pouco.

Temos esse produto provisório, que é o RDRS, com as atualizações técnicas, que está funcionando por um período, e durante alguns

meses, para poder, então, revisar as políticas e ver quão bem funciona esse sistema. Mas, por enquanto, não vamos parar o sistema. Ele vai continuar funcionando como já estava funcionando antes. Fico aqui à disposição para responder perguntas.

NICO CABALLERO

Obrigado, Sebastien. Não vejo mãos levantadas. Sim. A Comissão Europeia.

GEMMA CAROLILLO

Fala Gemma Carolillo. Obrigada, Nico, pela atualização, que é tão útil. Comentário. Vamos ver. Tem a ver com a participação do RDRS. O GAC apoiou muito essa ferramenta, já mencionamos isso várias vezes, a Comissão Europeia também, mas eu me pergunto o que acontece em termos de participação de registradores no sistema.

Observamos que algumas foram retiradas do sistema, portanto, acho que isso é importante para os órgãos de vigilância, porque se não houver a participação de uma das partes, isso será negativo. Portanto, é importante ver que existe uma interação, porque o SSAD acaba sendo o resultado da elaboração de políticas.

SEBASTIEN DUCOS

Quanto ao segundo comentário, por que nos encontramos atualmente na situação atual com esse SSAD? E por quê? Porque queremos que isso seja o mais compatível possível e também

porque seja um produto mais razoável sob a perspectiva de custos. Portanto, devemos modificar algumas características, por exemplo, a autenticação.

Um dos pontos tratados que tinha a ver com os custos. Estamos trabalhando com o PSWG, com o Gabriel Andrews, para reobter as características e a autenticação dos órgãos de vigilância em particular. Já falamos isso com outros grupos, sobre que sempre precisamos ter algum nível mínimo de autenticação, especialmente quando compartilhamos dados ou isso pode ter algumas implicações legais, ou recebemos dados, ou cumprir com certas regras ou questões de salvaguarda.

Estamos trabalhando ainda nesses termos e condições, mas a ideia é que seja o mais competitivo possível, mas vamos ter que fazer algumas mudanças levando em conta os custos. Agora não lembro bem a última parte da sua pergunta. Pode ajudar-me?

GEMMA CAROLILLO

Sim. Era sobre a participação dos registradores. Essa foi a última parte do meu comentário.

GREG DIBIASE

Sim, só um registrador saiu e não é o que foi eliminado para sempre. Temos um sistema muito compatível com o RDRS e algumas questões que estão sendo debatidas, inclusive antes de passar a discussão do processo de elaboração de políticas. A

pergunta é como é que os usuários do RDRS buscam e encontram os formulários.

Por exemplo, hoje falamos que um domínio é patrocinado por um registrador que não está participando. O que nós queremos é que, se essa pessoa não está participando, mesmo assim nós queremos obter informação. Então, devemos ter muito cuidado ao falarmos de algo obrigatório quando estamos com um sistema que ainda está sendo desenvolvido.

A participação nesse sistema em desenvolvimento leva algum tempo para os registradores, e para isso o sistema deve estar inteiramente elaborado e não na etapa de formação. Então, talvez não façamos com que seja inteiramente obrigatório, mas sim que as agências, órgãos de vigilância saibam onde podem buscar uma informação determinada. Espero ter respondido a sua pergunta.

NICO CABALLERO

Obrigado pela pergunta. E antes de passarmos para o próximo item, temos seis minutos pela frente, antes de acabarmos a sessão, sejam breves, portanto, e para os registros e para a comunicação também, eu acho que, pelo que eu sei, até junho de 10, 11, o GAC não tem a intenção de parar a próxima rodada de novos gTLDs.

Eu vi algumas perguntas um pouco esquisitas, mas pelo que eu sei, não ouvi ninguém, nenhum membro do GAC, mencionar ou comentar alguma coisa a respeito desse conceito. Por favor,

corrijam-me se é preciso. Então, vamos agora para o próximo item, número cinco, que são os requisitos urgentes.

RIDA TAHIR

Eu vou ser breve. O GAC fez o acompanhamento do trabalho do IRT quanto aos requisitos urgentes e gostaria de ter uma atualização desse trabalho. Uma atualização da GNSO sobre o andamento desse trabalho.

THOMAS RICKERT

Sim, obrigado pela pergunta. Eu sou coordenador, a pessoa de contato entre o IRT e a GNSO. Respondendo à primeira parte da pergunta, falamos sobre as solicitações urgentes, as recomendações, os EPDP não incluíam nenhuma recomendação ou prazo para responder às solicitações urgentes.

Isso levou a uma discussão sobre essas questões urgentes e o Conselho confirmou esse entendimento durante a sua reunião e na ICANN82. Então, o Conselho reconhece a importância de continuar com esse trabalho e na nossa carta para a ICANN Org sugerimos também limitar esse debate para um debate mais breve, porque às vezes essas discussões com muito pessoal envolvido acabam aumentando e crescendo e abordando assuntos que já foram debatidos.

Foi mencionada a questão da autenticação dos órgãos de vigilância, porque nesse caso precisamos que o setor privado nos ajude. Por exemplo, se uma parte contratada, alguém do setor

público, precisar saber ou precisa saber se há uma solicitação que vem de uma fonte legítima e adequada, nesse caso é necessário poder verificar essa solicitação e a discussão da autenticação é uma parte do que está sendo discutido em períodos que podem ser especificados. Vamos nos reunir durante a ICANN83, portanto, se estiverem interessados em ouvir a conversa e o debate do IRT, hoje à tarde teremos essa reunião.

NICO CABALLERO

Temos dois minutos só para perguntas. Não vejo nenhuma mão levantada aqui entre os participantes remotos, eu não sei se alguém aqui quer falar. Eu vi alguém aqui que levantou a mão, alguém que não era membro do GAC, mas não há nenhum problema. Quem levantou? Ah, Paul. Paul McGrady.

PAUL MCGRADY

Temos dois minutos, mas meu comentário vai levar dez segundos. E eu quero me desculpar, eu me confundi com os slides, em que eu sim tinha essas questões básicas que mencionei. Mencionei os três itens importantes e agora eu queria me desculpar por isso.

NICO CABALLERO

Muito bem, Paul. Alguma pergunta ou comentário? Se não houver perguntas ou comentários, agora é só agradecer aos membros do Conselho da GNSO, Thomas, Greg, Jennifer, Sebastian e Paul, e agora vou aqui chamar os distintos colegas do ALAC. Obrigado.

Vamos retomar a sessão em uns minutinhos com os participantes de At-Large.

Por favor, alguém pode fechar a porta? Vamos iniciar a sessão. Ocupem seus lugares, por favor. Bem-vindos a todos a sessão conjunta entre o GAC e a ALAC. Tenho o privilégio de apresentar, embora já conheçam, Tracy Hackshaw, que vai falar em representação do GAC, Avri, em representação da ALAC, e está Jonathan Zuck e Justin, que vamos falar sobre a ASP e algumas questões a respeito, e também a equidade na próxima rodada.

Mais uma vez, o GAC não tem como objetivo deter a rodada de novos gTLDs e quero que fique no registro, porque escutei algumas conversas bastante estranhas. Também vamos falar dos âmbitos de interesse público e os papéis de recomendação, e Justin vai ser quem vai tomar a palavra como parte do GAC. Essa sessão vai levar 45 minutos, então esperamos ter uma sessão interativa. Novamente dou as boas-vindas a nossa querida colega Avri Doria.

AVRI DORIA

Obrigada. Vou ser a primeira em falar. O apoio ao solicitante. Bom, peço desculpas, porque há muitas palavras, texto nesse slide, mais do que usualmente eu utilizo. Mas eu quero dizer o seguinte, vendo o esforço que a equipe da ICANN colocou em levar adiante a equipe de implementação para que essa política funcione realmente, foi realmente surpreendente, comovedor, e que tenha demorado, levado tanto tempo.

Tinha um amigo que pediu que ajudasse, que trabalhasse, apresentando uma solicitação, e percebemos que é muito mais difícil de fazer do que se esperaria, particularmente considerando que isso é destinado a pessoas que são novas na ICANN e que não conhecem como é que é a ICANN, não sabem como é que nós falamos, por exemplo, e também como preencher os formulários.

Então, a política em si é muito boa, mas a implementação tem que se basear em algumas questões que não têm a ver unicamente com o que é sem fins lucrativos, com determinadas questões, mas se basear na compreensão do que acontece nas diferentes culturas e como as questões são descritas nas diferentes culturas e como interagem as diferentes leis nas diferentes culturas e países.

Antes de poder ajudar, temos que poder registrar ou declarar o nome da companhia, e se uma companhia não é uma de responsabilidade limitada ou é uma companhia ou sociedade anônima, se é um instituto, por exemplo, ou é uma companhia unipessoal. Bom, como é que resolvemos isso?

E nós lemos as regras do que já foi estabelecido e diz “bom, esse seria um nome que se poderia fazer”. Mas é um pequeno detalhe que pode nos bloquear, porque certamente passou para outra parte, onde se diz, “perdão, mas o nome não corresponde, é inapropriado, porque é de outra instituição”.

E então, aqui eu quero dar alguns detalhes de alarme, alguns pontos de alarme. Como é que é possível ou como esse grupo de pessoas tão dedicadas, que trabalharam arduamente, vão abordar

o escopo e variedade dessa política e sua implementação, que vai ser tão ampla? Essa é a minha preocupação.

E me pergunto, esperamos que a pessoa que esteja fazendo o processamento da informação faça a pesquisa. Se, por exemplo, aparece um nome que não é familiar, tem que fazer uma pesquisa para saber a quem pertence? Ou vão dizer simplesmente ao solicitante, “não, desculpe, mas esse nome está errado”. Essa é uma grande preocupação para mim.

Também que tenhamos vários falsos positivos e que haja pessoas que acabem se afastando do processo. Estamos implementando muitas questões, a intenção é integrar aqueles que estão distantes do que fazemos. Esse é o objetivo. Então, espero ser suficientemente clara, colocando essa ideia para poder ver de que forma podemos fazer que a implementação do processo nos ajude.

Sei que os implementadores estão tentando achar soluções, mas é algo ao qual temos que prestar atenção, embora não saiba como podemos consegui-la. Outra questão para apresentar é que eu observei os algarismos, porque não vi suficientes pessoas apresentando tantas solicitações. Há muitas pessoas que se apresentam no processo, mas não são tantas as que passam. Então, não é suficiente.

Mas lembrem que dissemos que esse programa dos novos gTLDs, esse programa que o GAC decidiu não frear, pelo menos por enquanto, tem como objetivo chegar a outras pessoas e oferecer

apoio ao solicitante. Chegar além disso, aos IDNs, essas são as medidas do seu sucesso.

Então, com relação ao apoio ao solicitante, ainda não estou totalmente convicta de que estejamos no caminho certo, se estamos realmente ajudando os candidatos. Vou parar por aqui e acabo dizendo que sei que todo mundo está trabalhando arduamente, mas acho que o problema é maior do que pensamos.

NICO CABALLERO

Obrigado, Avri. Passo a palavra para Tracy Hackshaw.

TRACY HACKSHAW

Obrigado, Avri, por explicar essa posição que muitos de nós compartilhamos. Como vimos ontem, estivemos tentando entender o seguinte, quais são exatamente os obstáculos que enfrentam aqueles que participam desse processo. Há ao redor de 40 solicitações, algumas estão nas etapas iniciais e poucas passaram à etapa de finalizadas. E ainda não foram avaliadas.

Vemos entre os postulantes que tudo se orientaria para uma região, isso nos preocupa, e realmente essa região não é a América do Norte. Eu queria pesquisar isso. Vemos que foram feitas observações à diretoria para que isso seja corrigido, na qual há uma região que talvez receba mais quantidade de apoio que as outras. Queremos garantir que isso não aconteça e que sejam corrigidas as iniciativas de difusão e comunicação.

E também ver o que impede o avanço das solicitações de apoio, porque não entendem os solicitantes o texto e não sabem quais são os recursos que têm à sua disposição. Nós, em conjunto, At-Large e GAC, temos que ver o que podemos fazer, o que temos que tratar com as comunidades para que todos entendam quais são os obstáculos a superar e assim nos ajudem a superá-los. Então, quero que nos ajudem.

E agora temos que ver como podemos ajudar a que se possam superar, ultrapassar esses obstáculos e melhorar o fluxo contínuo das solicitações, o avanço das solicitações, para que possamos ver cifras reais e passar a um ponto no qual saibamos o que acontece com tal e qual região, e se há dificuldades, trabalhar com eles, se for necessário. Obrigado.

NICO CABALLERO

Obrigado, Tracy. Obrigado, Avri. Agora vamos ter um segmento para perguntas e respostas com relação ao programa de apoio aos solicitantes. Quem solicita a palavra? Tem um senhor aqui, não posso ver o seu nome.

TIJANI BEN JEMAA

Fala Tijani Ben Jemaa, sou da Comunidade At-Large. O senhor falou sobre os obstáculos para algumas regiões, mas as regiões não foram consideradas nessa política, não foram consideradas em absoluto. Se vemos os níveis iniciais de entrada nesse programa, em realidade não é mencionada nenhuma região em particular,

quer dizer que esse programa não se encaminha a incluir regiões em absoluto.

Além disso, dissemos que essa seria uma nova oportunidade para que houvesse mais diversidade, por exemplo, entre as comunidades que precisam utilizar IDN, mas não há possibilidade de categorias para essas comunidades, com exceção de uma categoria que é para as comunidades indígenas. Então, o problema está em nível da política, não da implementação. Obrigado.

NICO CABALLERO

Muito obrigado. Eu queria retomar a sua menção a respeito das regiões. O senhor se refere à participação, relacionamento regional, o que quis dizer?

TIJANI BEN JEMAA

Nos critérios de elegibilidade para o programa de apoio aos solicitantes não são mencionadas as regiões, não há categorias que mencionem as regiões, e nós pensávamos inicialmente que seria incluída uma categoria que dissesse outras regiões. Queremos ter uma presença em outras regiões.

TRACY HACKSHAW

Não sei como responder exatamente, mas sim sei que isso foi tratado em múltiplas oportunidades, e é isso que temos. Já está tudo resolvido, agora não é possível melhorar ou modificar, em

realidade, a política. Infelizmente, o que tínhamos planejado ou o que suponhamos que iria passar, evidentemente, aconteceu.

Então, o que temos que fazer é trabalhar mais um pouco em cada região, nos esforçarmos mais na implementação. Bom, isso é o que há, isso é o que acontece. Estamos vendo, encontramos os problemas, detectamos os problemas, então devemos agir para corrigi-los. Nós temos um template que usamos nas consultas entre o GAC e a diretoria, e podemos ir fazendo pequenas correções na medida em que vamos lendo os relatórios periódicos. Acho que isso sim podemos fazer.

NICO CABALLERO

Obrigado, Tracy. Posso receber mais duas pessoas. Tem a palavra, Países Baixos.

MARCO HOGEWONING

Obrigado. Vou ser breve. Acho que Tracy disse tudo quanto eu queria dizer, mas quero dizer novamente o meu comentário ao pessoal da ICANN de ontem, quando falamos sobre o ASP. Nós também estamos preocupados com esse maravilhoso sistema e todas essas políticas, e mesmo assim não há avanços.

Eu gostaria de que a equipe da ALAC também compartilhasse quais são os obstáculos, então nós como governo podemos ajudar a superar esses obstáculos em lugar de reformular a política, porque, como disse Tracy, isso não é algo que possa ser feito em concreto. Obrigado.

NICO CABALLERO

Obrigado, Países Baixos. O Brasil vai falar.

EUGENIO VARGAS GARCIA

Considerando a diversidade. Eu vou falar em português. Repetindo o que eu acabei de dizer, vou repetir só enquanto vocês podem colocar os tradutores. Meu nome é Eugênio Garcia, do Brasil, e queria apenas fazer uma pergunta sobre uma das questões que está inclusive no slide em relação à implementação da rodada e a preocupação que me parece existir sobre diversidade, equidade e participação de candidatos de outros países que não são ocidentais.

Isso quer dizer, como é que a gente garante participação de países em desenvolvimento, países do sul global, porque muitas vezes, até em questão de disseminar a informação em relação à rodada em países que não pertencem ao mundo ocidental, *stricto sensu*. Então, a minha pergunta é sobre ações concretas nesse sentido para garantir maior diversidade, inclusive, entre os candidatos para a rodada que virá. Obrigado.

NICO CABALLERO

Muito obrigado, Brasil. Essa pergunta é para quem?

EUGENIO VARGAS GARCIA

Aberta.

NICO CABALLERO

Beleza. Obrigado. Jonathan, você gostaria de continuar?

JONATHAN ZUCK

Sim. Há uma complexidade. A palavra assegurar ou garantir é uma palavra difícil aqui. Certamente, as comunicações que fizemos na ICANN Org são muito mais expansivas do que países ocidentais. O problema real é esse. Temos, então, mais colaboração, mas acho que vamos precisar de apoio de campo diretamente e não vira da promoção da divulgação. Estamos fazendo isso. Estamos incluindo algumas regiões que não são consideradas partes do mundo ocidental.

NICO CABALLERO

Obrigado, Jonathan. Obrigado, Brasil, pela pergunta.

CLAIRE CRAIG

Jonathan falou se antecipamos algumas perguntas, alguns problemas, o Tracy mencionou isso. É sim o momento de fazer alguma correção do curso, desse programa de apoio ao solicitante, qual seria a correção específica que poderíamos fazer dessa vez para ajudar a ter mais solicitações e avançar no processo e como é que a comunidade, a ALAC ou a At-Large, como é que pode contribuir para isso?

JUSTINE CHEW

Eu não vou responder a pergunta inteira, mas talvez através das pessoas de contato e dar um pouco de feedback. E outro aspecto é, se temos um líder de assuntos ou tópicos, alguém mais, talvez, nós podemos ajudar. Tenho a Avri aqui, o IRT, e também uma das pessoas do IRT para o ALAC. Então, estamos em uma posição de colaborar. E muito obrigado.

NICO CABALLERO

Obrigada, Justine. Claire, pela pergunta.

CLAIRE CRAIG

Desculpem, esqueci de falar que sou uma das vice-presidentes do ALAC.

NICO CABALLERO

Então, precisamos avançar, não temos tempo. Vou passar a palavra à Justine sobre marcos de interesse público.

JUSTINE CHEW

Eu tenho alguns slides. Tinha, mas não foi possível aqui. Certamente, não vou aqui fazer uma apresentação sobre o interesse público. Os governos têm um marco de interesse público.

[01:06:39] - [01:06:58]

Quero concentrar a minha discussão no aspecto de interesse público no contexto da ICANN. E nesse sentido, em 2016, a ICANN tentou ter discussões na comunidade para definir, possivelmente,

o interesse público global da ICANN, e isso fracassou, porque, sendo um modelo multissetorial, a ICANN não conseguiu chegar a um acordo estrito sobre o que significa interesse público global.

Então, observando aqui, eu vou olhar aqui ao meu colega, aqui à minha direita. Então, fizemos um marco para avaliar o interesse público global, como fala a diretoria, e esse marco tem duplo objetivo, um, determinar seu uso, e o segundo aspecto também é que foi uma demonstração e também uma expressão de desejo sobre como a comunidade também poderia tentar utilizar isso para avaliar algumas considerações de interesse público.

Então, considerando uma questão específica, e no contexto da ICANN, eu queria dar uma certa forma à minha pergunta, mas saiu do controle. Desculpem. Eu queria mostrar os slides. Então, obrigada. Eles estão aqui. Eventualmente, tivemos um programa piloto desse marco, o marco GPI, o piloto que identificou cinco categorias gerais nessas subcategorias de interesse público e que são categorias, achamos categorias para distingui-las das subcategorias.

Houve, então, o piloto, concluiu mais ou menos em 2023 com um relatório, esses são os principais achados desse relatório, e quando a diretoria aplicou esse marco GPI, o aplicou nos PDPs, Processos de Elaboração de Políticas, e as suas atualizações, o SSAD, SSAC e os outros procedimentos públicos.

Então, encontramos que 36% dos SSAD e 78% dos SubPro estavam sob as considerações GPI de interesse público. Isso foi central para

as discussões reais, e agora, com base nessas contribuições, eu quero perguntar ao GAC, porque eles pediram para conversarmos esse assunto, como é que podemos fortalecer esses registros GPI.

Na GSO, nós tentamos avançar com os novos PDPs e introduzir isso no processo PDP, depois a avaliação de direitos humanos, e em termos a função dos dois ACs, devíamos fazer recomendações. Então, a minha pergunta, e considerando só duas dessas categorias identificadas no marco da GPI, que é o benefício para a comunidade, e também o PDP da comunidade multissetorial global. Então, o que é que os colegas do GAC acham que poderíamos, em que assuntos poderíamos colaborar juntos, assegurando que o GPI seja incluído nas nossas sessões e inter-sessões também. É isso. Essa é a pergunta.

NICO CABALLERO

Obrigado, Justine. Eu tenho o Egito aqui, que pediu a palavra.

MANAL ISMAIL

Obrigado, Nico e Justine. E também ao ALAC, por essa troca útil. Não temos discussões internas no GAC. Não estou numa posição de poder falar em nome de todo o GAC, mas é definitivamente útil ter essa troca de ideias aqui com o ALAC sobre o aspecto das recomendações. Foi um bom passo ter esse marco.

Muito obrigado a Avri Doria. Eu sei que ela (inint) [01:13:05] essa iniciativa na diretoria. E como você mencionou, Justine, o vínculo da GPI com a missão do GAC e seus estatutos é boa. Portanto, é

bom ter um marco flexível, mas também uniforme para o interesse público global, com recomendações específicas, decisões específicas, ao invés de tratar esse assunto de outra maneira.

Também é importante e bom que esse marco tenha sido anunciado de forma transparente e esteja disponível para a comunidade para sermos conscientes disso e também oferecer feedback. E é muito encorajador saber que os resultados do piloto sugerem que é útil ter isso em diferentes contextos.

Portanto, há duas vantagens, se tentando dirigir isso sob a perspectiva da comunidade para ver se com esse piloto, se isso realmente encaixa bem, é uniforme, é previsível também em toda a ICANN. E também oferecer feedback sobre o marco para a diretoria e outras partes da comunidade que podem estar utilizando um documento vivo, eu sei.

E podemos continuar modificando e ajustando isso através da prática. Então, espero ter uma discussão interna no GAC nesta linha para continuar com essas trocas bilaterais, como falei, nas nossas funções consultivas. E eu deixo isso e passo a palavra a Nico Caballero.

NICO CABALLERO

Obrigado, Egito. E obrigado pela pergunta, Justine, aqui. Sim, eu concordo. Deveríamos trabalhar juntos para beneficiar a comunidade da internet, apoiar oficialmente, como você mencionou, também a questão dos direitos humanos. A

comunidade multissetorial da ICANN encoraja os PDPs para que sejamos diversos, respeitosos, etc. Mas também devemos ter discussões internas, como Manal mencionou, e vamos poder, então, dar respostas mais importantes a isso.

MANAL ISMAIL

Eu esqueci de mencionar, e eu estava pensando nesse assunto, e acho que vai ser muito efetivo ter esse marco como parte do processo e não apenas como uma ferramenta para verificar o resultado final. Isso vai ser durante todo o processo, sempre sendo cientes dos critérios e, na hora de elaboração, diferentes recomendações e resoluções, e também ter isso incluído no processo e não tanto que seja uma ferramenta. Obrigada.

NICO CABALLERO

Muito obrigado, Egito. Antes de passar outra vez a palavra para a Justine, quero dizer o seguinte. É algo que mencionei na semana preparatória. Há diferentes interpretações do que é o GPI, o Interesse Público Global, inclusive entre os governos temos diferentes interpretações do que é o Interesse Público Global.

Também há interpretações comerciais, técnicas ou inclusive legais do que é o Interesse Público Global. Então, considerando isso, acho que, sim, é importante, vou repetir, ter debates, discussões internas. A pergunta é como, como fazemos? Todos estamos de acordo em que tem que haver paz no mundo, mas como

conseguimos? Essa é a principal preocupação. Tem Justine, a palavra.

JUSTINE CHEW

Obrigado, Nico. Estou totalmente de acordo. E se continuarmos, existem certos mecanismos que podem ser implementados para a colaboração. Eu acho que, por exemplo, na conversa sobre os genéricos fechados, há uma colaboração muito próxima entre a ALAC e os membros do GAC.

Eu lembro que trabalhamos bem de perto com os líderes dos assuntos, com os IETs, na criação de recomendações para a Subpro e a sua implementação, como podia ser implementada ajuda aos solicitantes. Esses são exemplos do tipo de colaboração que nós temos e que também, de certa forma, abordam o tema do interesse público.

Então, certamente, há já mecanismos implementados. Por outra parte, também podemos sugerir que se a GNSO introduziu esse processo de GPI no processo, não sei como é que faz, se experimentou em todo o PDP ou não, mas quando esse PDP inicia, existe um processo onde é redigida a carta orgânica e acho que esse é um momento interessante onde temos que prestar atenção, onde são redigidas as cartas orgânicas, porque lá aparecem elementos de interesse público que temos que considerar.

NICO CABALLERO

Antes de passar a palavra para meu colega, quero saber o que é o GPI, a lista de verificação do GPI nos PDPs. O que é isso? Pode comentar ou explicar de que trata? Porque eu não entendo ao que nos referimos com GPI. Eu acho que é Interesse Público Global, mas o que é o GPI-F?

JUSTINE CHEW

O F se refere a framework, ou seja, marco ou quadro em inglês.

NICO CABALLERO

Ah, bom, agora entendo, perdão. Pensei que falávamos em outro acrônimo.

JUSTINE CHEW

Não, aqui foi minha culpa, porque eu quis tornar, quis fazer esse acrônimo.

NICO CABALLERO

Temos diferentes representantes do GAC de diferentes locais, então muitas vezes é importante explicar o que são os acrônimos, o que significam, e na medida possível não utilizá-los. Antes de passar Avri, passo a palavra para o representante da Suíça, Jorge Cancio.

JORGE CANCIO

Jorge Cancio, representante da Suíça para os registros. Tenho um comentário geral. O interesse público global ou interesse público é

uma noção muito importante e consagrada nos estatutos. E, em última análise, as decisões da diretoria têm que obedecer ao interesse público global. A diretoria tem que fundamentar as suas resoluções indicando como consegue esse objetivo.

Mas talvez isso seja similar ao bem-estar geral ou ao interesse público nacional, onde talvez reconheçamos esses conceitos quando vemos uma decisão, mas é muito difícil estabelecer uma lista de critérios para definir com antecedência o que significa no que diz respeito às questões de fundo.

E esse quadro que a Avri defendeu e promoveu quando ela fazia parte do Board nos serve como uma lista de verificação. Mas eu estou de acordo com a Manal em que temos que incorporá-lo aos processos, aos PDPs, ou também aos processos pertinentes de tomada de decisões que vão resultar numa decisão da diretoria de forma tal que a diretoria não tenha que explicar como cumpre com o interesse público global, mas que simplesmente tem essa lista de verificação.

Também temos que ser conscientes de que estamos na ICANN e às vezes falamos um idioma icanesco ou kafkiano, se quiserem. Temos uma situação icanesca aqui. Temos camadas e camadas de processos com muitíssimos acrônimos. E como disse o Nico, ninguém entende nada. E já esse processo deixa de ser aberto, e inclusivo para aqueles que querem agir corretamente.

Então, tenhamos presente que devemos agir de forma simples, acessível e fácil de compreender. Talvez isso seja a considerar nos

próximos anos. Temos que diminuir a complexidade, temos que ser simples. E parece um disco que funciona mal repetindo tudo, mas temos as diretrizes multissetorial de São Paulo, talvez possamos contrapor-las a processos de desenvolvimento de políticas extremamente complexos para ver o que é que precisamos, quais os fundamentos do processo aberto inclusivo, visto que, às vezes, quando temos um excesso de processos, os únicos que entendem os processos são aqueles que estão lá desde o início e conhecem tudo em detalhe. E, em muitas oportunidades, aqueles que têm esse grau de conhecimento são os que têm a maior quantidade de recursos.

E, para finalizar, quero dizer que é difícil definir de antemão o que é o interesse público global. É um pouco como definir o conceito de democracia. Então, a melhor forma de garantir que o resultado do nosso trabalho coincida com o interesse público global é ter um processo real, simples, inclusivo, significativo, no qual todos os atores pertinentes participem na tomada de decisões.

NICO CABALLERO

Obrigado, representante da Suíça. Tem a palavra, Avri Doria.

AVRI DORIA

Muito obrigado. Em primeiro lugar, estou de acordo, em grande parte, com as diretrizes de São Paulo, embora tema que terá o mesmo destino que o GPI, ou seja, que vão ser separadas dos seus inícios. Quando nós falamos do GPI, isso se baseia justamente nos

nossos estatutos e valores lá incluídos e também se baseia nos nossos documentos fundacionais, ou seja, tem essa origem.

Você tem razão na sua intervenção. Agora, na ICANN, temos que seguir os estatutos, as atas constitutivas, temos que seguir os valores fundamentais incluídos nesses documentos. Nós estamos aqui, trabalhamos nesse contexto e quando temos um quadro, um marco que se abstrai disso tudo, começamos a perder um pouco o rumo do significado.

Isso é algo que eu queria dizer em resposta à pergunta do que é que significa GPIF. Ela significa que temos estatutos, atas constitutivas, que tem valores, valores que têm a ver com o interesse público global e essa é a forma de continuar alinhados com esses valores.

Agora, se vamos pedir para as pessoas que os PDPs estejam de acordo com isso e vamos pedir aos assessores que não avaliem o resultado de um PDP, a diretoria precisa responder e não simplesmente dar uma olhada leve. Quais são os valores que foram considerados. O que dizem os estatutos e em que medida é cumprido ou não o que dizem os estatutos.

NICO CABALLERO

Só temos um minuto e há duas pessoas que solicitam uma palavra. Tem a palavra senhora que está aqui na sala.

HADIA ELMINIAWI

Fala Hadia, para os registros. Muito obrigada. O âmbito de interesse público global é voluntário, desenvolvido pela

comunidade para considerá-lo nos PDP. Atualmente, é possível integrá-lo no processo de desenvolvimento de políticas. Então, a comunidade pode utilizá-lo, pode utilizar esse âmbito, esse quadro de interesse público global para ver se a repercussão das suas recomendações afeta o interesse público global.

Ora bem, quantos PDPs até o momento utilizaram esse âmbito, esse quadro de interesse público global para ver o impacto das suas recomendações no interesse público global. Bem, isso é algo a considerar. É um quadro voluntário, a comunidade está convidada a utilizá-lo. É convidada a utilizá-lo e esse é um apelo a toda a comunidade. Vamos fazer um teste, vamos provar esse quadro. Talvez funcione, talvez não, talvez tenha que ser melhorado, modificado. Para poder saber como funciona e se efetivamente funciona, deve ser colocado à prova. Muito obrigada.

NICO CABALLERO

Muito obrigado pela sua intervenção. Jonathan, tem a palavra.

JONATHAN ZUCK

Já foi dito, em parte, o que eu queria expressar. Como disse Avri, nós temos que considerar o interesse público global no contexto da ICANN e não fora dele, com o qual é algo difícil, complexo, falar dos diferentes países e suas ideias de interesse público, porque então temos que ver o que fazem no nível de política nacional.

Aqui temos que ver os estatutos e expectativas para essa comunidade, de forma tal de ter um mecanismo que permita ver o

que dizem os nossos documentos e atas constitutivas, os nossos estatutos. Isto é como o discurso sobre direitos humanos. Sim, precisamos incluir os direitos humanos na nossa política, e fizemos antes de começar a ver a sua definição. Aqui acontece o mesmo.

Nós, talvez, tenhamos que ter em conta o momento em que falamos sobre interesse público global. Isso pode ser mais importante que a definição em si mesma, porque temos que ver ou tentar alcançar um resultado que seja de utilidade para nós. Então, a mera análise sobre esse tema vai redundar em uma ferramenta que possa ser utilizada e incorporada nos processos. Isso vai ser um passo muito importante.

NICO CABALLERO

Obrigado, Jonathan. Vou dizer com muito prazer que basicamente estamos de acordo com o caminho a seguir para fortalecer as considerações em matéria de interesse público global. Os nossos coordenadores de ligação vão estar em contato ao respeito. Peço desculpa porque eu superei no tempo disponível para essa sessão.

Alguns detalhes práticos. Voltem à sala às 13h45 para a reunião do GAC com a diretoria. Agora vamos ter uma pausa de 90 minutos para o almoço. E antes de finalizar a sessão, quero agradecer a todos os painelistas aqui presentes. Obrigado. Damos por encerrada a sessão.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]